

**MODELO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA**

**01 - UNIDADE IMOBILIÁRIA:**

Cidade:		Conjunto/Bairro:		
Nº:	CEP:	Quadra:	Lote:	
Imóvel próprio ( )		Alugado( ) Identificar o proprietário:		
Endereço:				
Inscrição imobiliária IPTU:				
Origem da Unidade: ( ) pública ( ) privada  ( ) sem registro	Livro:	Matrícula:	Cartório de móveis da Comarca:	Propriedade constante na matrícula de origem:

**02- IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE PRINCIPAL:**

Nome:		Data de nascimento:		
Filiação:	Mãe:		Nacionalidade:	
	Pai:		Naturalidade:	
Nº Identidade:	Órgão exp /UF:	CPF:	E-mail:	Telefone: ( )

Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado judicialmente	Regime e data de casamento:	Em união estável  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Situação ocupacional:  <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Auxílio-doença <input type="checkbox"/> Bico <input type="checkbox"/> BPC (assistência social) <input type="checkbox"/> Carteira assinada <input type="checkbox"/> Contrato de trabalho <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Dono(a) de casa (somente) <input type="checkbox"/> Pensionista <input type="checkbox"/> Proprietário/empreendedor <input type="checkbox"/> Servidor público <input type="checkbox"/> Outros _____		
Profissão:	Renda mensal: R\$	

**03- IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO, SE HOUVER:**

Nome:		Data de nascimento:		
Filiação:	Mãe:		Nacionalidade:	
	Pai:		Naturalidade:	
Nº Identidade:	Órgão exp/UF:	CPF:	E-mail:	Telefone: ( )

<p>Estado Civil:</p> <p>( )Solteiro ( )Casado ( )Divorciado  ( )Viúvo ( )Separado Judicialmente</p>	<p>Regime e data de casamento:</p>	<p>Em união estável:  ( )Sim ( )Não</p> <p>Se sim, o imóvel regularizado é do casal ou de um dos companheiros?</p>
<p>Situação ocupacional:</p> <p>( )Aposentado ( )Autônomo ( )Auxílio-doença ( )Bico ( )BPC (assistência social)  ( ) Carteira assinada ( )Contrato de trabalho ( )Desempregado ( )Dono(a) de casa (somente) ( )Pensionista ( )Proprietário/empreendedor ( )Servidor público  ( )Outros _____</p>		
<p>Profissão:</p>	<p>Renda mensal: R\$</p>	

**4 - HÁ QUANTO TEMPO RESIDE(M) NESTE IMÓVEL?** \_\_\_\_\_

**5 - COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR (QUE RESIDEM NO MESMO IMÓVEL)**

Nome:	Parentesco:	Data de nascimento:	Renda mensal: R\$


**06 - QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA O SUSTENTO DA FAMÍLIA?**

- 1  
 2  
 Mais: \_\_\_\_\_

**07- A RESPONSABILIDADE PELO IMÓVEL É DE:**

(Pessoa responsável pelo IMÓVEL é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores) Identificar.

- 1 - Apenas um morador  
 2 - Mais de um morador

**08 - POSSUI(EM) CARTEIRA ASSINADA OU VÍNCULO EMPREGATÍCIO DE OUTRA NATUREZA?**

- 1 - SIM -qual? \_\_\_\_\_  
 2 - NÃO

**09 - RECEBE(M) ALGUM BENEFÍCIO?**

- 1 - SIM             2 - NÃO

**9.1 Se sim qual (is)?**

9.1.1 - Aposentadoria ou pensão do Instituto Nacional de Seguro Social -INSS.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.2 - Programa de bolsa família.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.3 - Programa de erradicação de trabalho infantil – PETI.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.4 - Benefício assistencial de prestação continuada- BPC/LOAS.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.5 - Doação ou mesada de não morador do imóvel.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.6 - Pensão alimentícia.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.7 - Seguro desemprego.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.8 - Bolsa de estudo.

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

9.1.9 - Outros programas : \_\_\_\_\_

Quantidade: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

**10 - Renda mensal familiar total:** \_\_\_\_\_

(Somatório da renda de todos os membros do grupo familiar)

## **11 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:**

### **11.1 - ESPÉCIE DO IMÓVEL OCUPADO**

- Imóvel particular permanente ocupado
- Imóvel coletivo com morador
- Imóvel particular improvisado ocupado
- Imóvel particular desocupado
- Imóvel público desocupado

### **11.2 - TIPO DO IMÓVEL**

- casa
- casa de vila ou em condomínio
- apartamento
- habitação em: Casa de cômodos ou cortiço
- laje

- tenda ou barraca
- lote vago
- outro (vagão, trailer, etc.): \_\_\_\_\_

**11.3 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE IMÓVEL: \_\_\_\_\_**

(Inclusive banheiro e cozinha. Não considerar corredores, varandas abertas, garagem e outros compartimentos para fins não residenciais).

**11.4 - A FORMA DE ACESSO A ESTE DOMICÍLIO É:**

- via pública pavimentada
- via pública sem pavimentação
- via particular pavimentada
- via particular sem pavimentação
- beco
- escadaria pública
- escadaria particular coletiva
- escadaria particular individual
- de outra forma: \_\_\_\_\_.

**11.5 - O ESGOTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO É LANÇADO:**

- rede geral de esgoto ou pluvial
- fossa séptica
- fossa rudimentar
- vala
- rio, lago, córrego
- outro: \_\_\_\_\_.

**11.6 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO:**

- rede geral de distribuição
- poço ou nascente na propriedade
- poço ou nascente fora da propriedade
- em cisterna
- carro-pipa
- água da chuva armazenada na residência
- água da chuva armazenada de outra forma
- rios, córregos, açudes, lagos e igarapés
- de outra forma: \_\_\_\_\_

**11.7 - NESTE DOMICÍLIO EXISTE ÁGUA CANALIZADA (ENCANADA):**

- sim, em pelo menos um cômodo

- sim, só na propriedade ou terreno

- não

**11.8 - O LIXO DESTA IMÓVEL É:**

- coletado diretamente por serviço de limpeza

- colocado em caçamba de serviço de limpeza

- queimado (na propriedade)

- enterrado (na propriedade)

- jogado em terreno baldio ou logradouro

- jogado em rio, córrego, lago

- de outra forma: \_\_\_\_\_

**11.09 - EXISTE ENERGIA ELÉTRICA NO IMÓVEL**

- sim, de companhia distribuidora

- sim, de outras fontes

- não existe energia elétrica

**11.10. existe medidor ou relógio no imóvel:**

- sim, de uso exclusivo ( ) - sim, de uso comum

- não tem medidor ou relógio

**12 - OUTRAS INFORMAÇÕES:**

Conforme documentação apresentada, o ocupante identificado acima adquiriu a unidade imobiliária por:

Escritura pública de cessão de direitos hereditários;

Herança de inventário pendente de abertura;

Doação particular/recibo concluído e não registrado;

Compra e venda particular/recibo;

Herança de inventário;

Outro \_\_\_\_\_

**13 - Data do início da posse: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Nome completo dos posseiros anteriores:

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_

3. Nome: \_\_\_\_\_

4. Nome: \_\_\_\_\_



## **01 – DECLARAÇÃO DO CADASTRADOR (Assistente Social)**

- 1.1 Declaro, para os devidos fins, que a documentação original e declarações verbais apresentadas pelos posseiro(s) do (s) imóvel(is) foram devidamente analisadas. Constatei que as documentações conferem com as cópias xerográficas e/ou digitalizadas anexadas a presente ficha cadastral.
- 1.2 O(s) ocupante(s) possui(em) outro imóvel urbano ou rural em seu(s) nome(s): (  ) Sim (  ) Não.
- 1.3 Enquadramento individual do ocupante: (  ) REURB- E (  ) REURB-S
- 1.4 A renda mensal familiar declarada pelo(s) Ocupante(s) é de R\$\_\_\_\_\_.

Assinatura e nome legível do entrevistador e/ou responsável pelo cadastro socioeconômico com o CRESS.

## 02 – DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (IRPF)

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CNH nº \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, endereço:  
\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de  
\_\_\_\_\_, telefone(s) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

DECLARO ser isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s) exercício(s) \_\_\_\_\_ por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83\*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

Local e data: \_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante: \_\_\_\_\_.

Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na Internet, no seguinte endereço eletrônico:

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEINº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art.. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

### 03 – DECLARAÇÃO AUTÔNOMO

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CNH nº \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, endereço:  
\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de  
\_\_\_\_\_, telefone(s) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

Venho por meio desta DECLARAR para os devidos fins, que não mantenho vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica mas que exerço atividade autônoma de e percebo mensalmente rendimentos no valor de R\$ \_\_\_\_\_.

Declaro também estar ciente das penalidades legais\* a que estou sujeito (a).

Local e data: \_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante: \_\_\_\_\_.

\*Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299 - "Omitir, em documento publico ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".

Declaração de Trabalho Autônomo e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com folhas de identificação e última anotação de contrato de trabalho (se houver) e página seguinte em branco.

#### 04 – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDA

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CNH nº \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, endereço:  
\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de  
\_\_\_\_\_, telefone(s) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

Declaro para os devidos fins, que não possuo renda oriunda de qualquer atividade laboral, seja ela, trabalho informal ou formal.

Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299º do Código Penal para o signatário, bem como a minha desclassificação e/ou perda do benefício.  
Por ser verdade firmo o presente instrumento.

Local e data: \_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante: \_\_\_\_\_.

\*Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante"

<sup>1</sup>Declaração de Ausência de renda: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com folhas de identificação e última anotação de contrato de trabalho (se houver) e pagina seguinte em branco.

**05 – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE UNIÃO ESTÁVEL**  
**(para os possuidores declarado como: solteiro, separados ou viúvos)**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CNH nº \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, endereço:  
\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de  
\_\_\_\_\_, telefone(s) (\_\_\_\_)\_\_\_\_\_.

Declaro expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, que **NÃO mantenho relação de vida comum ou união estável** com outra pessoa nas condições dos artigos 1.723 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Título III - "Da União Estável", permanecendo no estado civil de \_\_\_\_\_.

Declaro ainda, estar ciente de que, comprovada a falsidade nesta declaração, estarei sujeito (a) às penas previstas no Art. 299\* do Código Penal Brasileiro.

Local e data: \_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante: \_\_\_\_\_.

\*Dispõe o Art. 299 do Código Penal Brasileiro: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

## 06 – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CNH nº \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_.

DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado no seguinte endereço:

Endereço: \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, in verbis:

*“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.”*

Local e data: \_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante: \_\_\_\_\_.

Favor anexar cópia de algum comprovante do endereço declarado (correspondência bancária, cartão de crédito, lojas, conta de água, luz, telefone, etc.) preferencialmente em nome do declarante.

## 07 – TERMO DE TESTEMUNHA OU DE CONFRONTANTE

Procedimento de Reurb nº \_\_\_\_\_

Ato praticado: ( ) audiência na Prefeitura ( ) diligência no local do imóvel

Ocupante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### TESTEMUNHA/CONFRONTANTE:

Nome: \_\_\_\_\_,

portadora da CI nº \_\_\_\_\_, órgão emissor \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, idade: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_,

quando QUESTIONADA SOBRE SER INCAPAZ, IMPEDIDA OU SUSPEITA DE DEPOR, respondeu: que não é incapaz, impedida ou suspeita de depor, não se encaixando em nenhuma das hipóteses do art. 447 do CPC/15 que lhe foi lido nesta oportunidade, adicionando que não tem relações de parentesco com o(s) requerente(s) ou interesse no objeto do procedimento de Reurb.

*Lei nº 13.105/2015, art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.*

*§ 1º São incapazes:*

- o interdito por enfermidade ou deficiência mental;
- o que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los, ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções;
- o que tiver menos de 16 (dezesesseis) anos;
- o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.

*§ 2º São impedidos: I - o cônjuge, o companheiro, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova que o juiz reputar necessária ao julgamento do mérito;*

- o que é parte na causa;
- o que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outros que assistam ou tenham assistido as partes.

*§ 3º São suspeitos: I - o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo; II - o que tiver interesse no litígio.*

*§ 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.*

*§ 5º Os depoimentos referidos no § 4º serão prestados independentemente de compromisso, e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer.*

Questionada sobre há quanto tempo é vizinha do(a)(s) ocupante(s) e o(a)(s) considera dono(s) do imóvel objeto da Reurb, a testemunha respondeu que:

---

Para dar maior credibilidade ao depoimento, cite um evento pessoal ocorrido na mesma época em que o ocupante se tornou seu vizinho (Ex. “Lembro-me que o ocupante se tornou meu vizinho próximo do nascimento do meu neto, em 30/01/2012”; ou “Quando o ocupante se mudou para a casa ao lado da minha, eu estava fazendo uma reforma, que ocorreu em agosto de 2014”).

---

Questionada se durante o período em que conhece o(a)(s) ocupante(s) houve algum conflito relacionado à posse dos imóveis com os vizinhos ou qualquer outra disputa de posse ou de propriedade com outra pessoa, respondeu que:

---

Questionada se deseja acrescentar alguma informação, respondeu:

---

Por fim declara para os devidos fins que o imóvel caracterizado pelo Lote\_\_\_, Quadra\_\_\_, situado no endereço\_\_\_\_\_, existe desde a data anterior a 22 de dezembro de 2016, e sendo seu proprietário o Sr(a) \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_.

Nada mais lhe foi perguntado.

Eu, \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, lavrei o presente termo que foi conferido e assinado pelo(a) depoente e por mim em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, Ubá-MG.

Depoente: \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

## Anexo 08

### 08 – TERMO DE OCUPANTE

Procedimento de Reurb nº \_\_\_\_\_

Ato praticado: ( ) audiência na Prefeitura ( ) diligência no local do imóvel

Ocupante: \_\_\_\_\_, RG/CNH  
nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, endereço: \_\_\_\_\_, CEP  
\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, telefone(s) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

Foi lido ao(à) ocupante o Art. 299 do Código Penal, abaixo transcrito, e lhe foi questionado(a) ter entendido que a declaração falsa de posse é crime, ao qual respondeu que: \_\_\_\_\_.

*Código Penal, art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*

Questionado(a) sobre há quanto tempo ocupa o imóvel objeto da Reurb, respondeu que:

---

Para dar maior credibilidade à data informada como o início do tempo da ocupação do imóvel, cite um evento pessoal ocorrido na mesma época (Ex. “lembro-me que mudei para a casa na mesma época da gravidez do meu primeiro filho, que hoje tem 15 anos”; ou “lembro-me que mudei para a casa no mesmo ano em que o Brasil foi pentacampeão mundial”).

---

Questionada sobre a forma que passou a ocupar o imóvel, respondeu que:

Encontrou o imóvel abandonado e se apossou dele;

Comprou o imóvel de \_\_\_\_\_ (nome e dados pessoais que puder informar), pagando o valor de R\$ \_\_\_\_\_, mas não tem recibo da transação.

Recebeu o imóvel por doação verbal feita por \_\_\_\_\_ (nome e dados pessoais que puder informar) e não tem documento que prove essa doação.

Recebeu o imóvel por herança, em razão do falecimento de \_\_\_\_\_ (nome), e adquiriu verbalmente a parte da herança que competiu aos demais herdeiros, sem que tenha recibo dessa negociação.

Outro. Justificar: \_\_\_\_\_

Questionado(a) se no período que ocupa o imóvel houve algum conflito relacionado à posse com os vizinhos ou qualquer outra disputa de posse ou propriedade com outra pessoa, respondeu que:

\_\_\_\_\_

Questionado(a) se deseja acrescentar alguma informação, respondeu que:

\_\_\_\_\_

Nada mais lhe foi perguntado.

Eu, \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, lavrei o presente termo que foi conferido e assinado pelo(a) depoente e por mim em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, Ubá-MG.

Depoente: \_\_\_\_\_

Cônjuge: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Espaço para observação:

\_\_\_\_\_

## Anexo 09

### 09 – DECLARAÇÃO DE RENDA

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CNH n° \_\_\_\_\_, órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, endereço: \_\_\_\_\_, estado civil: \_\_\_\_\_, regime de casamento \_\_\_\_\_, cônjuge ou companheiro/convivente \_\_\_\_\_, RG/CNH n° \_\_\_\_\_, órgão expedidor: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, declaram sobre pena da lei:

que **não é(são)** concessionário(s), foreiro(s) ou proprietário(s) de imóvel urbano ou rural e que **não foi(foram)** contemplado(s), em nenhum outro núcleo, com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade.

que **são** concessionário(s), foreiro(s) ou proprietário(s) de imóvel urbano ou rural ou **que foi(foram)** contemplado(s), em outro núcleo, com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade.

Declara para os devidos fins de participação no Processo de Regularização Fundiária, neste municípios, que a renda mensal total dos beneficiários deste cadastro é de:

Até 05( cinco) salários mínimos.

Renda superior a 05 (cinco) salários mínimos.

Dispõe o Art. 299 do Código Penal Brasileiro: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

O formulário deve ser preenchido considerando os itens abaixo:

- Se o cadastro for de ocupante em unidade de conjunto habitacional: Verificar se o ocupante atual está quite com as obrigações e se tiver obrigações pendentes deverá titular o Poder Público promotor do programa habitacional (art. 67, §2º do Decreto nº 9.310/18).
- Cadastrar o imóvel preferencialmente no nome da mulher (XI, art. 10, Lei nº 13.465/17).
- Ocupante herdeiro: Se os demais herdeiros manifestarem anuência, o título será outorgado apenas ao atual posseiro, em regime de exclusividade. Se não houver anuência, outorgar o título a todos os herdeiros.
- Ocupante em processo de separação ou divórcio: Registrar de acordo com a partilha judicial ou extrajudicial.

Não compete ao Município a análise da divisão de eventual patrimônio comum do casal em separação/divórcio.

Assinatura do ocupante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura Cônjuge/Companheiro: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_